



ARTIGO

A IMIGRAÇÃO NOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tiago de Matos Alves

Mestrando do PPGHis UFES, Graduado em História na UFES.

Resumo

O artigo apresenta um resumo da imigração nos séculos XIX e XX no estado do Espírito Santo, com o objetivo de identificar as fontes que foram geradas a partir desta política migratória oficial. Estes diversos documentos fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), sendo fonte fundamental de pesquisa e pilar para a implementação e desenvolvimento do Projeto Imigrantes, base de dados detalhada por imigrante, setor mais procurado no atendimento ao público da instituição.

Palavras-chave: Imigração, Documentos, APEES.

Introdução

A imigração foi um importante processo social, econômico e demográfico no estado do Espírito Santo. O século XIX foi o marco desta mudança. A primeira experiência de colonização foi em 1812, ainda no período da Capitania, com a criação da Colônia Agrícola de Santo Agostinho, atual cidade de Viana, para onde foram enviados 250 imigrantes das Ilhas dos Açores, Portugal.

Após um período de 35 anos sem políticas migratórias, é criada a Colônia de Santa Isabel, em 1847, que corresponde aos atuais municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano, para onde foram destinados 165 colonos alemães, procedentes da Renânia, atual Alemanha, que tinham desembarcado em Vitória em dezembro de 1846.

Em 1854, no sul da Província, atual município de Rio Novo do Sul, é criada a Colônia Agrícola do Rio Novo, estatizada em 1861, que posteriormente se estendeu por diversos municípios, como Alfredo Chaves e Iconha. Em 1856, é fundada a Colônia Imperial de Santa Leopoldina, às margens do rio Santa Maria da Vitória, sendo a foz deste rio na Baía de Vitória, tendo ligação fluvial com a capital.

Em 1874 registra-se o início da imigração italiana para o Espírito Santo, com a Expedição Tabacchi,

Abstract

The article presents a summary of immigration in the nineteenth and twentieth centuries in the state of Espírito Santo, with the objective of presenting the sources that were generated from this official immigration policy. These various documents are part of the collection of the Public Archive of the State of Espírito Santo (APEES), being a relevant source of research and pillar for the Immigrants Project, a detailed database by immigrant, the most sought after sector in the public service of the institution.

Keywords: Immigration, Documents, APEES.

na Colônia Nova Trento, no município de Santa Cruz (atual Aracruz).

O ano de 1875 é considerado um marco mundial na imigração, com diversas partidas dos transatlânticos de Gênova e de outros portos da Europa, como Le Havre, na França. É intensificada a imigração oficial, patrocinada pelos governos provinciais e pelo Império do Brasil. O poder público atuava diretamente nesse empreendimento, sendo que diversos contratos foram assinados entre os agenciadores, transportadores e os governos dos países envolvidos.

Os italianos representam a maioria dos imigrantes desembarcados no último quarto do século XIX, formando aproximadamente 75% do total dos imigrantes que chegaram ao Espírito Santo nos séculos XIX e XX (FRANCESCHETTO, 2013, p.1).

De acordo com os dados do “Projeto Imigrantes”, do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, chegaram 56.101 imigrantes no Espírito Santo nos séculos XIX e XX, sendo 47.588 entre 1846 a 1896, o período mais concentrado do fluxo migratório. No século XX, o número de entradas cai bastante, com apenas 7.116 pessoas¹.

¹ APEES: Projeto Imigrantes Espírito Santo, número de indivíduos indexados à base de dados até 20/08/2019.

Contexto das fontes documentais

Os principais movimentos migratórios para o Espírito Santo e para o Brasil tiveram caráter oficial, especialmente no século XIX até 1930, sendo políticas públicas implementadas inicialmente pelo Império e Províncias e, após 1889, União e Estados. Desde a saída da cidade de origem até o estabelecimento na colônia, foram armazenados diversos documentos contendo a relação dos imigrantes, reproduzidos em cada uma das etapas, para diversas finalidades administrativas. Era necessário um controle sobre esses números da parte dos países exportadores e, principalmente, os receptores dos imigrantes, que contratavam agenciadores e companhias de navegação para o recrutamento e transporte dos camponeses. Tais números eram quantificados a partir dos dados pessoais daqueles que partiam. Cada embarcação possuía uma listagem dos passageiros com a relação dos nomes, sobrenomes, idades, parentesco, país de origem, dentre outras informações. Após a confirmação desses dados, os governos ou empresas que contratavam efetuavam o pagamento aos agenciadores (FRANCESCHETTO, 2014, p.84).

O império brasileiro patrocinava ou subsidiava, direta ou indiretamente, a vinda dos imigrantes. Desta forma, era necessário registrar oficialmente todos os procedimentos realizados, como cartas, ofícios, contratos, relatórios, listas de passageiros dos navios, passaportes, entre tantos outros documentos produzidos administrativamente. Estes então eram guardados e arquivados, sendo provas dos investimentos do erário público nesses empreendimentos. O controle era necessário também por conta da quitação dos débitos dos imigrantes, como os prazos (lotes) de terra, que eram pagos em parcelas nos anos seguintes à chegada no Brasil (geralmente em 15, 20 anos). Era preciso controlar a distribuição dos lotes e localização das famílias em terrenos dos países que recebiam os imigrantes. Era necessário contar, numerar, dimensionar, ter estatísticas para o melhor planejamento desta política oficial migratória.

No período do Império (1822-1889), a política de imigração foi centralizada. Os Diretores de Colônias e Núcleos eram nomeados pela Inspeção de Terras e Colonização, vinculada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O orçamento também era garantido pelo governo imperial. Milhares de documentações foram geradas na correspondência destas Colônias com a Província do Espírito Santo e com o Ministério da Agricultura, relacionadas à imigração, como relatórios e ofícios encaminhados aos presidentes de província, lista de navios, matrícula de colonos, relatórios e registros de correspondências das colônias, recenseamentos, etc.

A partir de 1889, no período republicano, cada estado fica responsável por elaborar sua própria política migratória, havendo uma descentralização. A criação das colônias e núcleos coloniais e o fornecimento de mão de obra para as fazendas de café, com o intuito de substituir o trabalho escravo, fica a cargo do governo estadual. A administração destas políticas e a nomeação também é responsabilidade exclusiva dos Presidentes de Estado. Desta forma, a documentação deste período muda, sendo basicamente comunicações dentro da mesma unidade federativa. Há poucos relatórios ou ofícios encaminhados para o governo federal, que já não tinha mais o controle administrativo ou responsabilidade no repasse de recursos financeiros e de pessoal para manter as políticas migratórias.

Na década de 1890, verificaram-se os maiores contingentes de camponeses estrangeiros nos portos capixabas, 23.093 no total, representando 41,2% do total de imigrantes registrados no Projeto Imigrantes (FRANCESCHETTO, 2014, p.71). Em 1895, o governo italiano, baseado no relatório do Cônsul Carlo Nagar, proibiu a emigração dos italianos para o Espírito Santo, com base nos relatos dos imigrantes sobre a dura realidade verificada nas colônias e nas fazendas, justamente no momento em que aumentava o fluxo de entrada de pessoas daquele país no Estado (FRANCESCHETTO, 2014, p.63). No ano seguinte paralisou-se definitivamente a imigração em massa para as terras capixabas, agravada, principalmente, pela crise econômica provocada

pela baixa internacional do preço do café, tendo sido este o principal motivo para os Presidentes de Estado, a partir de 1896, como Muniz Freire e os seus sucessores, não continuarem uma política imigratória com dispêndio elevado de recursos (ROCHA, 2000).

A partir de então, as entradas de colonos estrangeiros são esporádicas, acontecendo principalmente pelos convites das famílias já residentes no Estado. Contudo, é destaque a ocupação de novas áreas no interior do estado, resultado do deslocamento dos imigrantes chegados no século anterior e também pelos descendentes destes em busca de terras disponíveis para a expansão da lavoura cafeeira (FRANCESCHETTO, 2014, p.71).

No ato de sua produção os documentos cumpriam uma função administrativa, de controle, de registro de informações. Posteriormente, a partir de 1908, estes foram recolhidos para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, quando foram organizados, catalogados e se tornaram um acervo permanente, de caráter histórico. São justamente estes documentos que hoje contam, com riqueza de detalhes, a história da imigração no estado do Espírito Santo.

De forma geral, as listas de passageiros trazidas pelas embarcações, os contratos de colonos e os passaportes familiares revelam informações sobre a cidade de origem dos imigrantes, os nomes dos navios, portos de embarque, datas da partida e os dados pessoais como nomes, sobrenomes, idades, profissão e religião. Já nas listas de entrada encontram-se referências sobre os locais, datas, portos de desembarque e os mesmos dados pessoais dos imigrantes. Os livros das hospedarias geralmente contêm as referências semelhantes às listas de desembarque e também indicam os portos ou vias fluviais de destino para onde os estrangeiros eram encaminhados após o cumprimento da quarentena inicial (FRANCESCHETTO, 2014, p.86).

Podemos extrair diversas informações do acervo, como o desembarque nos portos do Espírito Santo, qual era o modelo de contrato dos colonos ou regime de trabalho nas fazendas, a organização das colônias, as dificuldades, o dia a dia da administra-

ção, o que era produzido, as solicitações de verbas para obras, reclamações dos colonos, etc. Entende-se a construção de estradas, a economia baseada no café, o crescimento das colônias e posterior transformação em distritos, vilas e municípios.

A vasta documentação no período provincial é relacionada principalmente às Colônias de Rio Novo, Santa Isabel, Castello e Santa Leopoldina, incluindo os núcleos como Santa Cruz, atual Ibirapu, e Timbuí, região atual de Santa Teresa, Itarana, São Roque do Canaã e Fundão. Já no período estadual destacam-se os Núcleos de Antônio Prado (atual Colatina), Demétrio Ribeiro (João Neiva), Acioli de Vasconcelos (João Neiva), Santa Leocádia (São Mateus) e Nova Venécia. É destaque também neste período a mão de obra solicitada pelas Fazendas do sul do Estado, região de Cachoeiro de Itapemirim e do Norte, em São Mateus, baseadas no trabalho escravo até a abolição em 1888.

O estudo da imigração é fundamental para a compreensão da formação econômica, social e demográfica capixaba. Várias cidades no interior do estado surgiram a partir da imigração, como Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Alfredo Chaves, Santa Teresa, Colatina, Venda Nova do Imigrante, etc.

O “Projeto Imigrantes” foi criado em 1995 para agrupar estas informações, no início da informatização do APEES, com o intuito de fornecer uma informação rápida e precisa, pesquisando diretamente pelo nome do imigrante, sem necessidade de manuseio e autenticação do documento original, colaborando na preservação do acervo. Elas são certificadas pela assinatura do diretor. A finalidade principal é obtenção de informação inicial para a obtenção de cidadania, principalmente italiana.

A pesquisa dos antepassados e a emissão do registro de entrada de imigrante é o serviço mais procurado na Sala de Consulta do APEES. Uma parte dos consulentes acaba se interessando, aprofundando as pesquisas e escrevendo blogs e livros sobre a história da família, consultando o acervo documental. Historiadores e memorialistas capixabas também

realizam estudos sobre a imigração, genealogia, história das famílias e publicam livros. Nos últimos anos houve um aumento no número de instituições e de pesquisadores que disponibilizam na internet dados e reproduções de documentos sobre a imigração nos séculos XIX e XX, colaborando para a difusão dessas fontes documentais e tornando mais rápidos e eficientes os trabalhos de busca por novas informações.

Também é realizado o atendimento aos pesquisadores acadêmicos, de diversas áreas do conhecimento, como história, geografia, ciências sociais, economia e arquitetura. No entanto, pela quantidade e relevância da documentação e pela ausência de estudos específicos sobre diversas colônias no Espírito Santo e os vários aspectos econômicos, sociais e étnicos da imigração, entendemos que há espaço para um aprimoramento das pesquisas acadêmicas com esta temática.

Documentos sobre imigração no APEES

O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo conta com uma documentação variada relacionada à imigração, em diversos fundos e séries documentais. O Fundo Agricultura, que reúne documentos da divisão, registros e processos de terras e de ocupação fundiária do Estado, é o principal acervo de imigração do APEES, com documentos dos anos de 1854 a 1960.

O acervo é composto por correspondências entre autoridades, plantas, mapas, livros, listas de navios, contratos de colonos, recenseamentos, matrículas de colonos, relatórios e passaporte de imigrantes. Os documentos estão organizados em seis séries: 1-DCTC (Diretoria Central de Terras e Colonização). 2-CGT (Comissariado Geral de Terras). 3-Processos de Terras; 4-Navegação e Povoamento e 5-Memorais de Terras e 6-Diretoria de Obras Públicas². O fundo é composto por diversos documentos relevantes,

como Hospedaria de Imigrantes, Comissariado Geral de Terras, Companhia de Melhoramentos da Capital, Diretoria Central de Terras e Colonização, Companhias de Navegações. O acervo é formado por 2.300 unidades de arquivamentos distribuídas entre os suportes de microfilmes, textuais e cartográficos.

Destas séries, destacamos a Diretoria Central de Terras e Colonização por conter o acervo mais relevante do APEES relacionados à imigração. São 491 livros, onde são encontradas informações fundamentais, como Matrícula de Colonos, Registros de Correspondências dos Diretores de Colônias, Registro de Correspondências dos Diretores de Terras e Colonização, Talão de Títulos de Lotes Coloniais, Registros de Títulos Provisórios e Definitivos de Terras, Livro Tombo, Socorros a Colonos, Entradas de Doentes na Enfermaria, Registros de Nascimento e Óbito, Entrada e Saída de Imigrantes na Hospedaria Pedra D'Água, Recenseamentos, Livros de Conta Corrente e de Despesas, Mapas Estatísticos, etc.

Outra série importante é a Navegação e Povoamento, onde constam principalmente listas de vapores (navios) especialmente em viagens de cabotagem nos portos do Espírito Santo, saindo de Vitória com destino a Benevente (Anchieta), Piúma, Itapemirim, Santa Cruz e São Mateus. Outros documentos relevantes são Recenseamentos de Colonos, Ofícios e Folha de Ponto dos Empregados nas Obras das Colônias, como abertura de estradas, construção das edificações, etc.

Os documentos contam não apenas a chegada dos imigrantes. Os livros de recenseamento ou de controle posterior demonstram a situação dos estrangeiros após anos no Espírito Santo. Aparecem informações sobre o valor pendente de pagamento de cada família, principalmente relacionado ao prazo (lote) de terra. Informações também sobre as benfeitorias, patrimônio adquirido, animais como vacas, cavalos, burros, ferramentas, monjolo, moino e casa. A quantidade de pés de café, principal produto de exportação e fonte de renda, também é registrada. Dados relevantes como o óbito de imigrantes, casamentos e nascimento dos filhos. Estas

² Os catálogos estão disponíveis para consulta no site do APEES: <https://ape.es.gov.br/agricultura>

informações geralmente se encontram nos livros de recenseamentos de colonos, feitos alguns anos após a chegada dos imigrantes e ainda no período em que estas colônias não foram emancipadas, se tornando vilas ou municípios. Após o momento da emancipação, praticamente não existem no acervo do APEES estas relevantes fontes, que revelam dados demográficos, estatísticos e sociais fundamentais. Desta forma, verifica-se como a administração das colônias era minuciosa e metódica, não sendo mantido este controle após as emancipações.

Outro tipo documental importante são os livros de registros de correspondências das colônias. Nestes livros são registradas as solicitações de verbas para diversas finalidades, como construção de estradas, benfeitorias, casas, escolas, igrejas; contratação e pagamento de funcionários, como diretores de colônias, engenheiros, topógrafos, agrimensores, professores, médicos, auxiliares, além de padres e pastores, que eram subvencionados com verba pública. A expansão das colônias, com a informação da medição dos novos lotes. As reclamações de ausência de infraestrutura, estradas, hospitais, igrejas, relatos de doenças e de epidemias, como febre amarela, malária, cólera. As reclamações dos imigrantes, as desordens, as revoltas, os crimes e as dificuldades, principalmente nos anos iniciais das colônias e núcleos. A falta de medicamentos, de alimentos e dificuldades nos transportes. É um importante relato do cotidiano destas colônias, sendo uma relevante fonte para a história social, da educação, das doenças, etc.

Dentre os diretores de Colônia destacam-se Adalberto Jahn, na Colônia de Santa Isabel, e Joaquim Adolfo Pinto Pacca, das Colônias de Rio Novo e Castello, que tiveram capacidade administrativa, superando dificuldades e conflitos, obtendo melhorias consideráveis para as colônias.

O Fundo Governadoria contém cinco séries documentais: 383, Novas Séries, Correspondências, Accioly e 751, sendo que principalmente as duas primeiras reúnem documentos relacionados à imigração. Na Série 383 são encontradas listas de navios

vindos da Europa e ofícios relacionados às obras públicas, além de ofícios direcionados ao Presidente da Província. Nas Novas Séries também são encontrados documentos, especialmente comunicações entre o Presidente de Província e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, contendo informações como construção de estradas, emancipação de colônias, solicitações e contratações de funcionários, relação de colonos, contratos entre o governo e particulares relacionados à imigração, etc. Os catálogos das cinco séries do Fundo Governadoria, disponíveis na Sala de Consulta do Arquivo Público do Espírito Santo, estão sendo revisados para futuramente serem disponibilizados no site do APEES.

Com relação ao Fundo Polícia, destaque para as 68 caixas da Série Relação de Passageiros, com listas de embarques, desembarques e passageiros em trânsito nos portos, contendo entrada de imigrantes. São documentos de 1860 a 1921, abrangendo o período do auge da imigração.

Destaque também para os 6.937 Prontuários da Polícia Civil de diversos estrangeiros que contêm dados pessoais, digitais, endereço, filiação, geralmente constando também foto de identificação. Para a maioria dos imigrantes que chegaram a partir da década de 1930, a única fonte documental são estes prontuários, produzidos entre os anos de 1925 e 1970. São documentos sobre cada indivíduo, não permitindo identificar a forma da entrada no estado, se estavam acompanhados de familiares ou vieram sós, também não sendo informada a data de chegada no Brasil. O ano indicado como referência de entrada no Espírito Santo, então, é o do registro do documento.

Nos relatórios de presidente de província e de estado, disponíveis no site do APEES, são descritos de forma geral a política imigratória oficial, os objetivos, a situação das colônias, a visão dos governantes sobre este tema.

Destacamos também centenas de mapas e plantas sobre as colônias, com a demarcação dos lotes, estradas e construção das edificações, disponíveis para pesquisa no APEES.

Conclusão

O acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito é fonte relevante para pesquisas em diversas áreas, como história política, cultural, urbana, escravidão, dentre diversos temas. Dentro desta diversidade de temas possíveis para pesquisas, destacamos neste artigo a imigração estrangeira nos séculos XIX e XX. Com uma riqueza de fontes e diversas possibilidades de pesquisas da imigração nas áreas de história, geografia, economia, ciências sociais, arquitetura, urbanismo, dentre outras, esperamos que os documentos sejam cada vez mais consultados e gerem livros, dissertações, teses, palestras e debates.

Bibliografia

- ALMADA, V. P. de Ferreira. *Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BALESTRERO H. L. *O povoamento do Espírito Santo: a marcha da penetração do território*. Viana: [s.n.], 1976.
- BISSOLI, Orestes. *Memórias de um imigrante italiano*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.
- BERWANGER, Ana Regina e LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 2. Ed. Santa Maria: UFSM, 1995.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 680 p. 2010. (Coleção Canaã, vol. 12).
- DERENZI, L. S. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.
- FRANCESCHETTO, Cilmar. *Imigrantes: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã. vol. 19).
- FRANCESCHETTO, Cilmar. *O Arquivo Público do Estado do Espírito Santo como espaço de memória para a imigração italiana*. In: Italianos no Brasil [recurso eletrônico]: partidas, chegadas e heranças. (organizadores, Maria Zilda Santos de Matos... [et al.]. Rio de Janeiro: UERJ/LABIMI, 2013.
- GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Tradução Márcia Sarcinelli. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã. vol. 6).
- LAZZARO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. *Lembranças Camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória: [s.n.], 1992.
- NAGAR, Carlo. *Relato do Cavalheiro Carlo Nagar: cônsul real em*

Vitória: *O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana: fevereiro de 1895*. Tradução de Nerina Bortoluzzi Herzog. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. (Coleção Canaã, v.1).

NOVAES, M. S. de. *Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo*. [Vitória]: Instituto Jones Santos Neves, 1980.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2. Ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. 670 p. (Coleção Canaã, v. 8)

COSTA, Luciana Osorio.; GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. *A colônia do Rio Novo: 1854/1880*. São Paulo, 1981. 116f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

ROCHA, Gilda. *Imigração Estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória, 2000.

ROCHA, Gilda; MARTINS, Ismenia de Lima. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. 1984. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

SALETTI, Nara. *Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo: 1888 -1930*. Vitória: Edufes, 1996.

_____. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996.

Recebido em: 16/04/2018

Aprovado em: 04/06/2018